FACULDADE DE COMUNICAÇÃO/ UFBA
BRUNO BASTOS MACIEL

POLÍTICAS CULTURAIS NO ESTADO DA BAHIA 1945/1964

Salvador
2006

As políticas culturais, partindo da visão de Teixeira Coelho, podem ser consideradas como a “ciência da organização das estruturas culturais”, e sendo assim deve ser entendida como “programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas”. Esse programa de intervenções busca “promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável”.

Um dos elementos que compõem o objeto da política cultural é a criação de uma democracia cultural, cujo fundamento é a ausência de hierarquia vertical entre as culturas, isto é, a rejeição à idéia de superioridade de uma cultura sobre outra. Assim, as políticas culturais, baseadas na democracia cultural, não visam dar acesso amplo a uma cultura elitizada, como na democratização da cultura, na qual se pensava: “bastaria o encontro entre o público - considerado de forma indiferenciada - e a obra para que houvesse uma adesão” (BOTELHO, 2001). Mas sim, objetiva fomentar o florescimento e valorização da cultura própria do local.

Contexto político nacional

Assim com em alguns países do mundo, o Brasil passava por momentos difíceis com uma ditadura pró-nazismo. É, tendo uma suposta conspiração comunista, denominada de *Plano Cohen*, como justificativa, que o então presidente Getulio Dorneles Vargas dá ensejo ao golpe do Estado Novo, fechando o Congresso brasileiro, dissolvendo os partidos políticos e revogando a constituição de 1934. Entre 1937 a 1940, houve o auge do nazi-fascismo pelo mundo afora: em Portugal com Salazar, na Espanha com Franco, na Alemanha com Hitler e Mussolini na Itália.

A ditadura do Estado Novo já deturpava a imprensa com o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda – coagindo-a a "defender a única causa que interessa ao Brasil que é a da Alemanha" (BASBAUM, 1985 citando Paulo Duarte, pg.119)

No cinema a censura fazia restrições à exposição de filmes adeptos à liberal-democracia. O regulamento para a censura cinematográfica não deixava dúvidas nem arestas:

> "Cessar a exibição de películas favoráveis à liberal-democracia porque o Brasil, tendo um governo forte, não pode permitir a propaganda contra esses regimes. A palavra "democracia" deve ser suprimida das fitas ainda mesmo quando empregada isoladamente". (BASBAUM, 1985)

Isso nos capacita a articular duas afirmações distintas sobre a visão de cultura que se tinha na época: 1º) a cultura poderia ser algo meramente secundário, com pouca importância dado o grão da situação e, por isso, restringi-la poderia ser a opção adequada, que não acarretariam conseqüências sérias. 2º) a cultura é muito importante, é nela que se cria o traço do povo, é dentro dela que floresce o "desenvolvimento de suas representações simbólicas" (COELHO, 2004), e sabendo disso, a ditadura não pode abrir brechas para uma eventual propaganda pró-democrática.

Foi também durante o Estado Novo, que teria seu termino em 1945, que o então ministro Gustavo Capanema criou o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), hoje conhecido como IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Nos anos de 1945-46 o país passa por uma situação de transitoriedade. As agitações democráticas terminaram por derrubar Vargas do poder e começou-se uma reorganização democrática.

A política que predomina no Brasil entre 1945 e 1964 baseia-se na propaganda nacionalista e na promoção da industrialização por meio da atuação do Estado. O populismo brasileiro dos anos 50 e 60, legado da era Vargas, passeia entre a democracia da Constituição de 1946 e a prática política centralizadora e autoritária; entre uma gestão econômica nacionalista e estatizante e o desenvolvimento industrial baseado no estímulo ao capital nacional e

estrangeiro. Com a Guerra Fria, essas divergências tendem a penetrar nos sucessivos governos e a resultar na disputa acirrada pelo governo, entre a esquerda e a direita. O resultado final é o golpe militar de 1964.

Governo Dutra (1946-1950) – No governo de Eurico Gaspar Dutra houve a convocação da Assembléia Constituinte que deu origem na promulgação da Constituição de 1946, democrática e liberal. Mas a Guerra Fria no contexto internacional e as pressões norte-americanas levam o governo a promover recuos dos direitos constitucionais. No planos internacional o governo Dutra alia-se aos Estados Unidos da América, ingressando oficialmente na guerra fria com o tratado de assistência mutua, em 1947. Conseqüentemente é, também, neste governo que são suspensas as relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética, é fechado o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e são cassados os mandatos de seus parlamentares no Congresso Nacional, nas assembléias estaduais e nas câmaras municipais - um dos parlamentares cassados é o escritor baiano Jorge Amado -. No ano de 1949 dar-se inicio ao primeiro plano governamental posto em exercício no Brasil. O *Plano Salte* almejou atender as metas essenciais de saúde, alimentação, transporte e energia.

Governo Getúlio Vargas (1951-1954) – Getúlio Dorneles Vargas repete sua forma de governo, baseada em uma propaganda interna de cunho nacionalista e em uma prática política de caráter populista. E através desse cunho nacionalista do seu governo, ele toma uma série de medidas que vão contra os interesses imperialistas, como por exemplo: fundar, em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e estatizar a geração de energia elétrica com a criação da Eletrobrás. Um ano depois, para nacionalizar o petróleo, Vargas cria a Petrobrás, que detém o monopólio estatal da prospecção e produção de petróleo. Para sustentar a sua política nacionalista e estatizante, mobiliza as massas populares urbanas por meio dos sindicatos ligados ao Ministério do Trabalho e ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Governos Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos (1954-1956) – Café Filho assume após a morte de Vargas, porém sofre um ataque cardíaco e entra no seu lugar o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, que ocupou o cargo por apenas três dias é “deposto por

um dispositivo militar e considerado impedido de exercer o cargo de Presidente da República pelo Congresso Nacional" (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA), entrando assim Nereu Ramos, permanecendo até a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek.

Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) – Nas eleições de 1956 Juscelino Kubitschek foi eleito com muito apoio das forças getulistas, fora apoiado pelo Partido Social Democrático (PSD) e pelo PTB. Quando derrotadas, as forças antigetulistas – a UDN[1] – opuseram-se à posse de Juscelino e tentaram impedi-la, que terminou por ser garantida pelo "golpe preventivo", do general Henrique Teixeira Lott, então ministro da Guerra.

Seu lema era "Cinqüenta anos (de progresso) em cinco (de governo)" e seu discurso menos nacionalista e mais desenvolvimentista. Seu plano para o desenvolvimento nacional era o Plano de Metas, que visava implementar os setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. Para concretizar tal plano, buscou financiamento externo para grandes empreendimentos e também atrair capital estrangeiro para investimentos no setor industrial. Criou a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e construiu Brasília. Ao final do mandato temos uma modernização e um crescimento econômico, aliado com um grande déficit nas contas públicas e inflação elevada.

Governo Jânio Quadros (1961) – Vencendo pela UDN, Jânio Quadros começa seu mandato em 1961, ostentando uma política externa independente e a defesa da soberania nacional. Toma medidas severas em relação a economia, inclusive, no controle dos reajustes salariais. Com uma série de medidas impopulares que também desagradavam ao imperialismo estadunidense e à elite da época como, por exemplo: congelamento dos salários, restrição ao crédito, corte de subsídios federais, desvalorização do cruzeiro e as altas taxas tributárias sobre os lucros que visavam bloquear a acumulação de capitais e a remessa de lucros, o governo de Jânio Quadros sofreu fortes pressões vindas de todos os lados da sociedade, culminando com sua renuncia em 25 de agosto de 1961.

Governo João Goulart (1961-1964) – João Goulart, como vice-presidente de Jânio Quadros, teria acesso natural para a presidência, após sua renuncia, contudo por não se

[1] A **UDN - União Democrática Nacional** - foi um partido político brasileiro fundado em 7 de abril de 1945, de orientação liberal-conservadora e fortemente opositor a Getúlio Vargas.

encontrar no país e principalmente a partir de um veto militar, Goulart não tomou posse. No seu lugar, segundo na linha presidencial, assumiu Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados. Em verdade, o poder se encontrava nas mãos dos militares, que declararam estado de sítio, evitando assim manifestações e protestos. Os militares queriam uma solução para o impasse, mas não queriam deixar o poder. A solução alcançada foi estabelecer um regime de parlamentarismo no Brasil, com João Goulart no poder, mas sem desempenhar plenos poderes.

No ano de 1963, através de um plebiscito, é restabelecido o presidencialismo, deste modo João Goulart apresenta seu Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. O plano se mostra reformista e desenvolvimentista, enfrentando forte aversão no Congresso. Goulart entendendo a impossibilidade de tornar seu projeto viável, juntamente com a esquerda (ou incitado por ela) mobiliza as massas em favor das reformas de base. Essa radicalização fomenta na direita alguns movimentos e manifestações, levantando sua bandeira também de maneira forte. O clima tenso tem fim (ou se inicia) no dia 31 de março, quando um golpe derruba o presidente, implementando o Regime Militar no país, em 1964.

Contexto político estadual

Na Bahia houve três interventores federais antes das eleições para as Assembléias Constituintes estaduais: primeiro, o ministro João Vicente Bulcão Viana, entre 1945 e 1946; segundo, o deputado Guilherme Carneiro da Rocha Marback de fevereiro de 1946 à julho do mesmo ano e, por ultimo o General Cândido Caldas a partir de julho de 1946 à abril de 1947.

Com a promulgação da Constituição de 1946, o país passou a viver a construção de uma democracia, inclusive com eleições que a antecederam, como a deste mesmo ano, na qual a

Bahia elegeu sessenta deputados constituintes, o governador constitucional, um terceiro senador e mais um deputado. O governador eleito foi Otávio Mangabeira (UDN) [2].

No governo de Otávio Mangabeira, dentre as sugestões e propostas para a futura Constituição, a mais inovadora e mais bem aproveitada foi a do secretário de educação Anísio Teixeira, quando ele escreveu sobre educação e cultura[3].

É de extrema necessidade salientar o quão importante foi para a cultura baiana o governo Otávio Mangabeira, pois foi nesta administração que a Bahia teve sua primeira política de apoio à cultura. E Anísio Teixeira ficou incumbido de criar, um Departamento de Cultura na Secretaria de Educação para implementá-la.

> "o governo Mangabeira foi o primeiro a realizar uma política de apoio e incentivo à cultura na Bahia. Foi para realizá-la que Anísio Teixeira criou um Departamento de Cultura na Secretaria de Educação. Em pouco tempo, ele se tornou o grande centro de apoio e inovação para as artes plásticas, a música, o teatro, o cinema e a literatura baiana.

---

[2] Otávio Mangabeira, era engenheiro civil, jornalista, professor, político, diplomata, orador e ensaísta, nasceu em Salvador em 1886, e faleceu no Rio de Janeiro em 1960. Sua carreira política iniciou-se como vereador em Salvador, em 1908. Obteve seu primeiro mandato em 1911, para a Câmara Federal, onde permaneceu até 1926. Nessa ocasião, mudou de partido várias vezes, seguindo a instabilidade da política baiana durante a República Velha.

Logo após a posse de Washington Luís na presidência da República, em 1926, foi empossado ministro das Relações Exteriores. Em 1930, por apoiar Júlio Prestes para presidência, foi afastado do ministério, preso e, em seguida, obrigado a se exilar na Europa.

Retorna ao Brasil somente em 1934, anistiado. Conquistou então uma vaga na Câmara Federal, aliando-se à oposição a Vargas. Ainda na Câmara, Mangabeira se opôs às medidas repressivas decretadas por Vargas.

No Estado Novo perde seu mandato parlamentar, por conta do fechamento do Congresso Foi preso em março de 1938 por participar de uma conspiração contra o governo.

Regressou ao Brasil em abril de 1945, já anistiado. Ingressou, então, na União Democrática Nacional (UDN), partido que formava a oposição liberal ao Estado Novo. Voltou à Câmara Federal, como deputado constituinte pela Bahia, em 1946. Em 1947 tomou posse como governador da Bahia. Em janeiro de 1951, Mangabeira deixou o governo baiano.

[3] Em anexo o capítulo da Constituição do Estado da Bahia de 1947, escrito por Anísio Teixeira.

> Ajudou o curso de formação de bibliotecárias que deu origem à Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal da Bahia. Patrocinou o I Salão Baiano de Belas-Artes e dessa forma inaugurou nacionalmente os artistas plásticos Genáro de Carvalho, Jenner Augusto, Mário Cravo e o pintor argentino Carybé. Músicos de fama internacional estiveram na Bahia contratados pela Sociedade de Cultura Artística do Brasil (SCAB), dirigida pela artista Alexandrina Ramalho. Inspirada no famoso livro do escritor Monteiro Lobato, a peça musical do teatrólogo Adroaldo Ribeiro Costa, *Narizinho*, foi encenada com enorme sucesso e presença do criador da literatura infanto-juvenil brasileira. O Clube de Cinema Iniciou suas atividades sob a orientação do crítico de cinema e escritor Walter da Silveira. Por iniciativa do poeta Cláudio Tuiuti Tavares, do escritor Carlos Vasconcelos Maia e do Jornalista Alfredo Darwin Brandão, surgiu a revista *Caderno da Bahi*a". (TAVARES, p. 462)

A crença era que a sucessão natural de Otávio Mangabeira seria Juracy Magalhães, porém Regis Pacheco (PSD-PTB) fora eleito, e governou a Bahia nos anos de 1951 a 1955. Nos quatro anos seguintes (1955 a 1959), Antônio Balbino (PSD) governou a Bahia.

> "Regis Pacheco foi eleito para o governo ao lado do Varguismo em 1950, assumindo o cargo em 1951. Seu sucessor Antônio Balbino também seguirá a orientação nacionalista. Sob estes dois mandatos dar-se-á início à construção da infra-estrutura que preparará o recôncavo para a instalação dos futuros centros industriais. São construídas e pavimentadas muitas rodovias, criadas empresas públicas de eletricidade e telefonia, Banco de Fomento, feitos muitos investimentos na educação e saúde, iniciada a implantação das indústrias em Aratú, firmados acordos para obras com a Petrobrás, e principalmente, através da criação da CPE - Comissão de Planejamento Econômico, e da ação do economista Rômulo Almeida, é elaborado um plano de diretrizes econômicas para o estado, que será o norteador do desenvolvimento de mercado dos nos anos seguintes. Neste período também entra em funcionamento a Usina de Paulo Afonso que gerará energia elétrica para o crescimento.
>
> Surgem diferenças ideológicas e de discurso político. Ao contrário dos tempos da república velha, aparecem divergências de projeto político. Enquanto os políticos fieis ao varguismo defendiam a nacionalização, o protecionismo e o desenvolvimento de um mercado nacional, seus opositores falavam de livre iniciativa, modernidade e respeito aos direitos de pluralidade democrática, defendendo o desenvolvimento e a vinda do investimento e empresas estrangeiras. O varguismo, embora brasileiro, também defendia

> interesses alheios às tradições baianas e mais ligados a setores da burguesia do sudeste do Brasil. A maior parte da tradicional oligarquia tendia a apoiar o projeto multinacional.
> [...]
> Salvador tradicionalmente se colocava ao lado das forças modernizadoras e defensoras das emergentes estruturas sociais burguesas. Sabemos que Salvador sempre foi conhecida como oposicionista. Desde o período de Seabra, talvez até mesmo antes, o eleitorado de Salvador já se identificava com a opção mais distante daquela assumida pelas oligarquias. Por muito tempo Salvador foi conhecida como reduto da oposição. Não se tratava de fato de um reduto, aos moldes oligárquicos, mas sim uma região já dominada pelo mercado, habitada por pequenos burgueses, profissionais liberais e operários, carentes de ordenação, de projetos urbanos e de cidadania. Era natural que servissem de apoio às reformas pretendidas pela burguesia, contrariando as oligarquias. Assim podemos compreender porque a cidade se colocava mais próxima da proposta varguista, dando apoio preferencial a políticos como Regis Pacheco, Antônio Balbino, Rômulo Almeida e outros, em lugar dos relacionados com a oligarquia e seus aliados do capitalismo internacional."

Já em 1958, o vitorioso na campanha foi Juracy Magalhães (UDN). Ele implanta, em seu governo, um plano de desenvolvimento para a Bahia, o PLANDEB. Dentre as idéias do governador para o PLANDEB, com suas próprias palavras, seria "indispensável dar oportunidade para o emprego da população ao menos nos níveis mínimos" e "assegurar as condições que valorizem os salários nominais, através de abastecimento farto e do atendimento das necessidades mínimas de educação e assistência sanitária à população do estado da Bahia".

O PLANDEB não chegou a ser realizado, seria para o período de 1960 a 1963, porém, "não o foi realizado por causa das dificuldades econômicas da Bahia e dos episódios que imobilizaram o país nos anos de 1961 e 1962" (TAVARES, 2001).

Após abandonar a candidatura de Josaphat Marinho, a UDN e o PL, elegeram o politico e prefeito de Jequié Lomanto Júnior para candidato da sua coligação. Seu período conta de 1963 a 1967. Lomanto Júnior principiou uma reforma agrária na Bahia, desapropriando fazendas do município de Candeias, para a instalação de um nucleio colonial, o Landulfo Alves.

Em 1964, com a ditadura, seu governo esteve ameaçado, porém, depois de algumas negociações com os militares, mediada pelo arcebispo primaz do Brasil, cardeal dom Augusto Álvaro da Silva, seu cargo foi mantido.

Cultural no Brasil

É a partir do século XIX que a palavra cultura passa a ter uma conotação que se encerra nela mesma, sem ser necessariamente associada à criação de algo, como por exemplo: agricultura, ou maricultura. Nesta acepção do termo, *cultura* passa a ser entendida como modo de vida de uma sociedade. É, também, a partir desta época que aquela passa a ser mercantilizada, com o capitalismo abarcando as suas respectivas etapas de produção, como descreve Rubim:

> "Na passagem da modernidade para o mundo contemporâneo, outro dispositivo marca de modo relevante a esfera cultural. Comparece agora a mercantilização da cultura, intimamente associada ao desenvolvimento do capitalismo e da chamada "indústria cultural". Tal processo indica, antes de tudo, o avanço do capitalismo sobre os bens simbólicos e, sem dúvida, é uma das premissas mais essenciais da noção de indústria cultural desenvolvida por Theodor Adorno e Max Horkheimer. Os bens simbólicos estavam preservados até aquele momento de serem produzidos através de uma dinâmica submetida ao capital. A emergência da lógica de produção da indústria cultural faz com que eles não sejam assumidos apenas com *também* mercadorias, porque capturados e transformados em mercadorias na esfera da circulação, mas que já sejam concebidos como mercadorias, desde o momento de sua produção, como afirma perspicazmente Adorno. Nesta perspectiva, o dado mais significativo da noção de indústria cultural, em sua feição adorniana, é exatamente a constatação que o capital agora avança não só sobre a circulação, mas também sobre a própria produção da cultura". (RUBIM, 2006)

A partida das industrias culturais, a maior parte da população, o que podemos chamar de massa, começa a se agrupar em torno das instituições e dos valores centrais da sociedade. Isso se dá por causa da integração que a população é acometida com mercantilização da cultura, que leva a uma padronização, sintonizando as pessoas a uma mesma esfera de

vivencia, impondo uma maneira de dominação. Os espaços individualizados são apoderados e acoplados ao sistema. Mas, isso só acontece quando a sociedade se encontra além do estágio inicial da sociedade moderna.

No Brasil, a industria cultural chegou tardiamente, por volta da década de 40 e 50 e, mesmo com a força do Estado Novo, centralizando o poder, a industria cultural não exerceu forte poder de dominação, pois nossa cultura ainda era muito fundamentada nos interesses locais. Como fica claro na afirmação de Renato Ortiz:

> "Creio que é somente na década de 40 que se pode considerar seriamente a presença de uma série de atividades vinculadas a uma cultura popular de massa no Brasil. [...] Isto porque a consolidação de um mercado cultural somente se dá entre nós a partir de meados dos anos 60".(ORTIZ, 1989).

Entre 1945 e 1964, no Brasil, quase não houve desenvolvimento do campo cultural por parte do Estado, ficando mais a cargo da iniciativa privada, com alguns investimentos.

> "Entre 1945 e 1964, o grande desenvolvimento na área cultural se deu no campo da iniciativa privada. O Estado não promoveu, nesse período, ações diretas de grande vulto no campo da cultura. Em 1953, o Ministério da Educação e Saúde foi desmembrado, surgindo os Ministérios da Saúde (MS) e o da Educação e Cultura (MEC)". (CALABRE, p. 3)

Houve o surgimento e a agregação de novos modos de cultura, tais como a chegada da Televisão na década de 50 e o crescimento das emissoras de rádio. Apareceram, também, "grupos culturais" nos mais diversos segmentos artísticos, por exemplo: o Cinema Novo e a Bossa Nova. Ou seja, é a partir dessa época que se constrói a industria cultural brasileira, insipiente no começo, para ao logo da década de sessenta se solidificar enquanto tal.

Cultural na Bahia

Na Bahia o processo foi diferente, no período entre o final de 1940 e o início dos anos 60, o Estado passou por um processo de modernização, que parti da Universidade com abertura

para os conhecimentos que vinham do exterior. No meado da década de 50, a Bahia reagiu ao ímpeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, modernizando-se. Edgard Santos, criador da Universidade de vanguarda, traz alguns nomes pujantes da cultura internacional para atualizar nosso cenário cultural. Isso ocorre entre os governos de Juscelino Kubitschek e de João Goulart.

A Universidade da Bahia é a força motriz, é a alavanca que faz a Bahia pulsar a sua modernização cultural, gerando as novas diretrizes, formando as novas cabeças, trazendo as novidades da avant-garde européia e misturando com a cultura local.

> "Entre as décadas de 1950-60, a Cidade da Bahia, ancorada em práticas culturais tradicionais, achou-se de repente sob um forte influxo de informações internacionais. Parte substancial delas vinha das vanguardas estético-intelectuais européias do período anterior à II Guerra Mundial, especialmente nas áreas de música, teatro, artes plásticas, arquitetura, dança e cinema. Em termos cinematográficos, aliás, a movimentação baiana era contemporânea do florescimento da *nouvelle vague* francesa, quando Jean Luc Godard e companheiros lançavam-se à aventura da criação de uma nova linguagem fílmica. Em termos extraestéticos, despontava a formação de uma consciência socioantropológica baiana, a partir da implantação do CEAO (Centro de Estudos Afro-Orientais), na Universidade". (RISÉRIO, 1995)

O teatro Castro Alves estava sendo construindo, o primeiro de arquitetura funcional do Brasil, e estava deslocando todo o centro para o Campo Grande. No bojo vinham o Museu de Arte Moderna da Bahia. A Universidade da Bahia, com seu *campus* no Vale do Canela, ajudava no deslocamento do foca das atenções dos acontecimentos culturais do antigo centro para o Campo Grande.

> "A Universidade da Bahia era peça importante no movimento de renovação da vida baiana, tanto no campo técnico-científico quanto no das manifestações artísticas. Instalavam-se cursos vinculados ao novo perfil do mercado profissional baiano. Construíam-se novos e modernos prédios para abrigar os tradicionais cursos já existentes. Incentivava-se o surgimento de novas escolas de artes, revelando-se jovens talentos. Desse modo, a Universidade contribuía para a construção do novo e moderno Brasil, o país dos *anos dourados* de Juscelino Kubitschek" (CARVALHO, 2003).

Salvador ainda era muito provinciana, tranqüila e tradicional. Alguns prédios de arquitetura moderna na rua Chile demonstravam a branda chegada da modernidade para a Cidade de Salvador, na época com pouco mais de quatrocentos mil habitantes. Na cidade ainda não havia infra-estrutura urbana, nem sistemas eficientes de telefonia, energia elétrica e transporte urbano. Todos, características das modernas metrópoles do mundo.

Os soteropolitanos entraram na vida moderna e incorporaram seus hábitos quando a industria cultural começava a sedimentar suas raízes no Brasil. Com a modernização dos meios de comunicação, a chegada da televisão, o surgimento das agencias de publicidade, a inauguração de bares, restaurantes e boates, os baianos passaram a ter uma idéia de desenvolvimento cultural, foram afetados diretamente nos seus hábitos e costumes. "Ver televisão, freqüentar cinemas, teatros e museus, jantar fora, conversar em barzinhos, dançar em boates, enfim, uma vida social intensa apontaria para a chegada da modernização à velha cidade da Bahia" (CARVALHO, 2003).

Conclusão

O país vivia um momento de mudança, tanto política quanto cultural. Passara por ditadura, redemocratização e entrara novamente numa época difícil de ditadura. Vida cultural pacata e o começo de uma agitação, de uma cultura industrializada. O país vivia uma instabilidade e isso se reflete para os governos estaduais. Na Bahia, a modernização chegara atrasada, quando comparamos com o resto do Brasil. O modernismo, que atingira o país na década de 20, só pisara em terras baianas do final da década de 40 para diante.

O modernismo na Bahia não veio sozinho, mas sim acompanhado de uma Universidade, criada por decreto presidencial em 1946 e por políticas de apoio à cultura, do Governo do Estado da Bahia, em 1947. Nada solto, ou deslocado. Tudo tendendo para desembocar no

que de fato aconteceu. Ações nem sempre coadunadas, mas que pairavam no horizonte de atitudes da época.

Na transformação baiana, assim como é inegável o papel da “Universidade de Edgard Santos” fazendo com que Salvador sonhasse ser metrópole cultural do país. É, também, inegável o papel impulsionador do governador Otávio Mangabeira, juntamente com Anísio Teixeira, ao criarem o Departamento de Cultura na Secretaria de Educação. Na política baiana, quase não ouve incentivo direto à cultura, tendo como único registro, uma primeira política cultural, criada por este departamento de cultura, no mandato de Otávio Mangabeira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo Editora Unesp, 2001.

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Políticas Culturais**. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2004.

RISÉRIO, Antônio. **Avant-garde na Bahia**. São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 1995.

CALABRE, Lia. **Política cultural no Brasil: um breve historio**. Trabalho apresentado no I Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado de 14 e 15 de abril de 2005, na Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil. Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura e Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – UFBA, 2005.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: Cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo, Brasiliense, 1989.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura e políticas públicas**. In: São Paulo em Perspectiva. São Paulo, 15(2): 73-83, abril / junho de 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade na Brasil**. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

ROCHA, João Augusto de Lima. **Anísio Teixeira e a Cultura no Brasil.** Trabalho apresentado no II ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado de 03 a 05 de maio de 2006, na Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil.

CARVALHO, Maria do Socorro Silva. **A nova onda baiana: cinema na Bahia (1958-1962)**. Salvador: EDUFBA, 2003.

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República: de 1930 a 1960**. 5. ed. São Paulo: Editora ALFA-OMEGA, 1985, 3 v.

_____. **História Sincera da República: de 1961 a 1967**. 2. ed. São Paulo: Editora ALFA-OMEGA, 1975-76, 4 v.

RUBIM, Antonio Albino Canelas **Políticas Culturais entre o possível e o impossível**. Trabalho apresentado no II ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado de 03 a 05 de maio de 2006, na Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.Disponível em <http://www.planalto.gov.br/Infger_07/presidentes/carlos_coimbra.htm>. Acesso em 26 de jun. de 2006.

KOSHIBA, Luiz. **História do Brasil.** 7.ed. São Paulo: Atual, 1996.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO E HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL Disponível em <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em 30 de jun. de 2006.

Anexos:

Capítulo da Constituição do Estado da Bahia de 1947:

Da Educação E Cultura

Art. 117 - A função de educação e ensino compete ao Estado, na forma da Constituição Federal, incumbindo sua superintendência e direção ao Conselho Estadual de Educação e Cultura, órgão autônomo, administrativa e financeiramente, nos termos desta Constituição e da Lei Orgânica do Ensino.

§ 1º - O Conselho Estadual de Educação e Cultura se comporá, além de seu presidente, de seis membros, nomeados pelo Governador, com a aprovação do Poder Legislativo, dentre pessoas de reputação ilibada, renovando-se, de dois em dois anos, pelo terço. O Conselheiro perderá o mandato nos casos previstos na Lei Orgânica do Ensino.

§ 2º - O Conselho, cujas atribuições serão especificadas na Lei Orgânica do Ensino, funcionará sob a Presidência do Secretário de Estado encarregado dos negócios da educação, seu membro nato, ao qual, além das funções definidas na mesma lei, competirá:

I - fiscalizar o fiel e exato cumprimento da Lei Orgânica do Ensino;

II - velar pela boa marcha dos negócios da educação e do ensino, de acordo com as deliberações do Conselho;

III - apresentar, anualmente, ao Governador, e, por intermédio deste, à Assembléia Legislativa, completa exposição sobre os negócios da educação e do ensino.

§ 3º - O Conselho elegerá, por maioria absoluta, três pessoas de notório saber em questões de ensino dentre as quais o Governador escolherá o Diretor de Educação e Cultura, cujo mandato será de quatro anos, somente sendo permitida sua destituição nas hipótese reguladas na Lei Orgânica do Ensino.

§ 4º - Ao diretor de Educação e Cultura competem as funções de administração do sistema estadual de ensino e cultura, inclusive o exercício do poder de disciplina, e, nos termos da Lei Orgânica e com aprovação do Conselho, nomear, promover, aposentar, exonerar ou demitir os membros do magistério e funcionários de serviço de educação e cultura.

§ 5º - Os membros do Conselho de Educação e Cultura não poderão, sob pena de perda dos cargos, exercer atividades político-partidárias.

Art. 118 - Será facultado ao Conselho delegar, na extensão que entender conveniente e nos termos determinados na Lei Orgânica do Ensino, a superintendência do exercício da função de educação e ensino, em cada município, a Conselhos Municipais de Ensino.

Parágrafo Único - A delegação prevista neste artigo não poderá envolver a competência para a fixação de normas e padrões para o ensino e as condições para o exercício do magistério.

Art. 119 - O Estado promulgará a Lei Orgânica do Ensino e Cultura, instituindo, observadas as diretrizes e bases de educação nacional, o sistema do ensino público e as condições do particular, incluindo naquele, além das escolas de todos os graus e ramos, instituições extra-escolares destinadas à promoção e difusão da cultura física, científica, artística e de informação em geral, bem como de proteção do patrimônio natural, artístico e histórico.

§ 1º - A Lei Orgânica do Ensino somente será reformulada nas seguintes hipóteses:

I - quando se verificarem alterações nas bases e diretrizes nacionais, que importem na necessidade de fazer adaptações no seu texto;

II - quando, e nos pontos a que se referir a proposta, assim o solicitar a maioria absoluta do Conselho Estadual de Educação e Cultura;

III - quando, por iniciativa do Governador ou de um terço da totalidade dos Deputados, mediante proposta que obtenha aprovação da maioria absoluta da Assembléia.

§ 2º - O Fundo de Educação será constituído com os recursos provenientes das dotações orçamentárias do Estado e dos Municípios, além de outros que a Lei Orgânica lhe atribuir e de quaisquer contribuições ou doações.

§ 3º - O Conselho Estadual de Educação e Cultura terá, também, iniciativa para propor à Assembléia Legislativa as leis complementares necessárias ao desenvolvimento dos princípios e diretrizes da lei orgânica do ensino e poderá baixar instruções e, com aprovação do Governador, regulamentos para sua fiel execução, ressalvado, nesta última hipótese, à Assembléia Legislativa ou à Seção Permanente, o exercício da prerrogativa constante do artigo 27, inciso Vll desta Constituição.

§ 4º - O Conselho manterá os serviços que lhe incumbem, com os recursos do Fundo de Educação e a cujos cofres serão recolhidas as dotações orçamentárias do Estado e dos Municípios nos termos da Lei Orgânica do Ensino, que regulará, também, as atividades financeiras do Conselho e estabelecerá as condições e normas de aplicação dos seus recursos, bem como, na proposta que deverá ser encaminhada à Assembléia, a especificação das verbas de suas despesas que devem ser incluídas no orçamento geral do Estado, no sentido de assegurar o rigor e a perfeita fiscalização desta aplicação e a inviolabilidade desses recursos, de exclusiva destinação à obra de educação e cultura.

§ 5º - Constituirão reserva patrimonial do "Fundo de Educação" cinco por cento dos seus recursos anuais.

Art. 120 - A Lei Orgânica do Ensino, dentre outras providências, regulará:

I - a obrigatoriedade do ensino primário, com a gratuidade de material escalar, inclusive livros, para os alunos reconhecidamente pobres;

II - a criação, a manutenção ou subvenção de ensino posterior ao primário, de caráter geral e vocacional, ajustado às condições do meio e suas necessidades educativas;

III - o provimento, por concurso de títulos e provas, das cadeiras das escolas de formação pedagógica e das escolas secundárias;

IV - a exigência da nacionalidade brasileira para os cargos de direção dos estabelecimentos oficiais de ensino;

V - a situação funcional do magistério e dos auxiliares dos serviços de ensino e cultura, que terão garantias análogas às dos funcionários públicos, sendo os seus direitos e deveres regulados em estatuto próprio.

§ 1º - A educação ministrada pelo Estado será gratuita, em todos os seus graus e modalidades.

§ 2º - Os estabelecimentos particulares de ensino ficam isentos de qualquer taxa ou imposto.

§ 3º - Ficam isentos de impostos estaduais e municipais desde que se ocupem, exclusivamente, dos trabalhos de suas edições ou informações, as empresas de jornais, revistas, agências telegráficas nacionais e de radiodifusão, bem como as de distribuição e vendagem avulsa dessas publicações.